

HABEAS CORPUS Nº 548.469 - SP (2019/0356430-5)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VIVIAN MARIA LOPES - SP199591
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : TIAGO NOGUEIRA CAMPOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de TIAGO NOGUEIRA CAMPOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de São Paulo na Apelação Criminal n.º 0013037-76.2016.8.26.0635.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado como incurso no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, e no art. 244-B da Lei nº 8.069/90, na forma do art. 70, *caput*, do Código Penal, à pena de 6 (seis) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 15 (quinze) dias-multa, no piso legal, em razão dos fatos ocorridos em 23/12/2016. Foi-lhe negado o apelo em liberdade.

Inconformado, o Condenado interpôs recurso de apelação, que foi desprovido pelo Colegiado *a quo* (fls. 14-18).

Neste *writ*, a Defensoria Pública Impetrante sustenta, em suma, que deve ser fixado o regime semiaberto para início de cumprimento de pena, já que o Paciente é primário e foi condenado à pena inferior à 08 anos, de acordo com o art. 33, § 2º, “b” do Código Penal.

Requer, em liminar e no mérito, a fixação do regime intermediário.

É o relatório inicial.

Decido o pedido urgente.

Apesar da fixação das penas-base no mínimo legal, o Juízo de primeira instância fixou que o "*regime de cumprimento de penal será o fechado e, o réu não poderá recorrer em liberdade*" (fl. 13). O Colegiado de origem apresentou os seguintes argumentos para fixar o regime inicial mais gravoso (fls. 17-18):

"Por fim, o regime inicial fechado é o único possível no caso, visto a imprescindibilidade de um maior rigor frente à gravidade concreta do delito, tratando-se de roubo que se valeu de comparsaria e grave ameaça para intimidar a vítima.

Superior Tribunal de Justiça

Além do mais, somente tal regime proporcionaliza a sanção e a conduta grave praticada, servindo não só de meio de prevenção de ações semelhantes, como de resposta adequada à expectativa da sociedade ordeira, dados os contornos de gravidade diferenciada do crime, da angústia difusa que provoca e do sentimento generalizado de insegurança."

Verifica-se, nessa parte, a presença dos pressupostos indispensáveis para o deferimento do pedido cautelar. De fato, o regime prisional fechado foi fixado com base em fundamento inidôneo, **lastreado na gravidade in abstrato dos delitos**.

Ressalte-se que a questão acerca do regime prisional ora discutida tem sido apreciada repetidas vezes pelo Superior Tribunal de Justiça, o que culminou na edição da Súmula n.º 440, segundo a qual, *"fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito"*.

No mesmo sentido, têm sido os reiterados julgados do Supremo Tribunal Federal, cuja jurisprudência está espelhada nos Verbetes Sumulares n.ºs 718 e 719, respectivamente, *in verbis*:

"A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada."

"A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea."

Assim, observada a fixação da pena-base no mínimo legal, a primariedade do Paciente e a quantidade de pena imposta, em atenção ao disposto no art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal, é cabível, *prima facie*, o regime prisional semiaberto.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar, para determinar, até o julgamento final do presente *writ*, a colocação do Paciente no regime inicial **semiaberto**.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau.

Dispense as informações.

Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora